

1

## CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2 Lei Estadual – Nº 10.546 / 2015

3

4 Ata da 111<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social da Paraíba

5 **Local:** Ambiente Virtual Google Meet

6 **Data:** 29/10/2020

7

8 Aos 29 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte se deu de forma remota a 111<sup>a</sup>  
9 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado da Paraíba -  
10 CEAS/PB. A presidente **Gilmara Andréa de Oliveira** inicia a reunião remota agradecendo  
11 a todas (os) os conselheiros que estavam conectados; **Gilmara Andréa de Oliveira** (titular)  
12 - Representante da SEDH; **Katiuska Araújo Duarte** (titular) – Representante do CRP 13<sup>a</sup>  
13 Região; **Jacyele Santos de Alcântara** (suplente) - Representante da SEDH; **Keiles Lucena**  
14 **de Macedo** (titular) - Representante COEGEMAS; **Mônica Laura Caroli Ervolino**  
15 (titular) - Representantes dos trabalhadores do SUAS; **Iaciara Mendes de Alcântara**  
16 (titular) - Representante da Sec. de Saúde; **Maria Auxiliadora Alves Pereira** (titular) -  
17 Representante dos usuários; **Daniela Ninfa** - Secretaria Executiva do CEAS; **Maria da**  
18 **Conceição Farias** - Secretaria Executiva do CEAS; **Evelyne Rose de Araújo Silva**  
19 Secretaria Executiva do CEAS. A presidente inicia a reunião fazendo a leitura dos pontos de  
20 pauta da reunião; I - Solicitações de aquisições de materiais para o CEAS; II - Reunião  
21 Regional Nordeste CNAS; III - Regionalização dos Serviços de Acolhimento Institucional  
22 criança e adolescente; IV - Processo Eleitoral 2020/2022. A presidente **Gilmara Andréa**  
23 Inicia sua fala lembrando sobre as assinaturas das atas construídas nesse período em que as  
24 reuniões estão sendo de forma virtual. As atas deverão estar no conselho e em alguma  
25 oportunidade em que o conselheiro possa ir até a casa, que está aberta no período da manhã  
26 até às 14h para as devidas assinaturas. Na impossibilidade do conselheiro não poder se  
27 deslocar até a casa, poderemos ver a possibilidade da executiva ir até a residência da  
28 mesma. No primeiro ponto de pauta colocou a possibilidade de envio de solicitação à gestão  
29 para aquisição de materiais destinados ao CEAS, tal solicitação se refere aos recursos dos  
30 Índices de Gestão BF e SUAS que obrigatoriamente devem ser repassados no mínimo 3%  
31 (três por cento) para todos os conselhos (municipais e estaduais) segundo as normativas  
32

33 específicas de cada Índice. Esclarece que o IGD/SUAS no ano de 2020 não teve orçamento  
34 em âmbito nacional, portanto estados e municípios não receberam nenhum valor. Informa  
35 que o recursos será sob o IGD/BF, o valor seria em torno de mais ou menos R\$ 10.000,00  
36 (dez mil reais). Ressalta que o conselho tem algumas necessidades de equipamentos,  
37 inclusive para otimizar o trabalho remoto, os equipamentos seriam; um notebook, uma  
38 impressora para o CEAS, um HD (para colocar todo arquivo do CEAS), um ar condicionado  
39 (se o atual não tiver conserto), um gelágua, duas webcam e duas caixas de som. A  
40 conselheira **katiuska Duarte** lembra que devido a atual situação em que o protocolo de  
41 saúde orienta que pessoas evitem estar em lugares fechados e sem ventilação, mantendo  
42 assim as portas abertas, seria o caso de se adquirir também ventiladores de pé. Após as  
43 justificativas para aquisição de material os conselheiros deliberaram favoráveis. Como  
44 encaminhamento será enviado ofício ao secretário da SEDH com as solicitações. No  
45 segundo ponto de pauta a presidente **Gilmara Andréa** faz uma reflexão sobre a dificuldade  
46 de se fazer controle social no atual governo e das dificuldades enfrentadas pelo CNAS para  
47 exercer a sua função no controle social fazendo o possível para que as normativas sigam o  
48 devido fluxo. O Conselho Nacional está convidando conselheiros para a reunião regional  
49 anual com os CEAS. Temos a missão de convidar o CMAS/JP solicitando que indiquem  
50 dois representantes (sociedade civil e governo) e o CEAS/PB deverá participar com quatro  
51 conselheiros. As reuniões estão previstas para os dias 17, 18, 24 e 25 de novembro 2020,  
52 ficando a região Nordeste para o dia 24 de novembro. Prontificaram-se a participar da  
53 reunião as conselheiras; Katiuska Duarte, Mônica Laura, Gilmara Andrea e Keiles  
54 Lucena. A presidente **Gilmara Andréa** informa que a partir de uma deliberação do  
55 Consorcio Nordeste, a secretaria deverá encaminhar orientações através de ofício aos novos  
56 gestores que irão assumir em 2021, com também aos que irão deixar. Alguns gestores já  
57 conhecem a política de Assistência Social, outros chegam às cegas e necessitam de  
58 orientações iniciais precisas, as orientações baseiam-se desde observações financeiras,  
59 normativas, a questões de acesso aos sistemas. Ressalta que todos os técnicos da SEDH  
60 estão contribuindo na construção desse documento que deverá nortear os novos gestores e  
61 para os que irão deixar os cargos deverão conduzir os repasses das devidas informações  
62 junto as equipes de transição. A conselheira **Keiles Lucena** ressalta que esse procedimento

é muito importante nesse momento de mudanças "de forma democrática", com a intenção de fortalecer esse espaço de transição e conhecimento da Política de Assistência Social uma vez que já estamos tendo aí possíveis decretos com medidas de estratégicas com intenção de desmontar a política do SUAS. De forma particular socializa como os presentes, que participou de uma reunião representando o COEGEMAS junto como a Secretaria Nacional da Família, Ângela Gandra e com a secretaria Nacional de Assistência Social Mariana Neris, onde foi apresentado aos presentes medidas de "Estratégia de Fortalecimento de Vínculos Familiares", justificaram que não havia orçamento, e que a política será voltada ao fortalecimento na forma de "generosidade e solidariedade". Percebemos com isso um grande retrocesso, e se no próximo ano não houve uma resistência maior dos espaços democráticos em defesas do SUAS isso vai ser como "enxugar gelo", daí é muito importante essa iniciativa das orientações que deverão ser constantes, estando ou não gestora eu abraço essa missão também por que o SUAS é nosso, precisamos fortalecer essa luta desses espaços democráticos que sejam nos conselhos municipais e estaduais. A presidente **Gilmara Andréa** ressalta que em outros setores como na saúde se percebe ataques constantes em relação a privatização do sistema. Vimos quanto o SUAS se mostrou eficiente nesse tempo de pandemia. A presidente **Gilmara Andréa** comenta sobre as eleições biênio 2020-2022 do CEAS, informa que foram prorrogadas as inscrições até o dia 23/10, através do Edital nº 02, publicado no DO em 16/10. Ressaltou como sugestão, que diante das dificuldades financeiras e a impossibilidade de disponibilizar diárias aos conselheiros que moram na região metropolitana de João Pessoa, a nova gestão deveria estar disponibilizando transporte (agendado previamente) para os conselheiros principalmente aos representantes de usuários para que os mesmos possam estar participando das reuniões do conselho. Dando continuidade o Terceiro ponto de pauta sobre a Regionalização dos Serviços de Acolhimento Institucional criança e adolescente. A presidente **Gilmara Andréa** menciona sobre o Plano de Regionalização dos serviços da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade do Estado da Paraíba, onde está normatizado o papel do estado e dos municípios frente a execução dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, no processo de regionalização, que são de corresponsabilidade entre o Estado e os municípios. Para além do Plano de Regionalização, foi incentivado pelas

93 Promotorias aos municípios que fizessem leis específicas municipais para executar serviços  
94 de acolhimento destinados a crianças e adolescentes, onde muitos municípios construíram  
95 suas legislações, mas ainda não colocaram o serviço para funcionar, pois é um serviço  
96 complexo sua execução. Sendo esse conselho responsável pela deliberação da Política de  
97 Assistência Social, assim faz – se necessário a exposição de um caso ocorrido há duas  
98 semanas, onde um juiz do município da cidade de Diamante/PB impôs sob força da lei o  
99 acolhimento de duas crianças ao município de Itaporanga, distante do domicílio das crianças  
100 e que não atendem no processo de regionalização ao município de origem das mesmas. Em  
101 relação a isso houve certa discordância no recebimento das crianças devido ao serviço ficar  
102 muito distante de seu domicilio, lembrando que o Plano de Regionalização também  
103 normatiza em relação a distancia. É necessário esclarecer que a justiça precisa entender que  
104 existem instâncias que pactuaram e deliberaram sobre quem são os responsáveis em  
105 oferecer esses serviços, e que não podem impor por força de lei que o município atenda a  
106 demanda que o outro tem que atender. E faz necessário uma mobilização enquanto Estado,  
107 município e conselho para os devidos esclarecimentos a justiça, esclarecendo que houve  
108 todo um estudo técnico, para a formatação do Plano de Regionalização e foi aprovado pelas  
109 instâncias de competência com a Política, neste sentido deve ser respeitado enquanto  
110 documento normativo. Também é necessário chamar o gestor do município para esclarecer  
111 sobre a responsabilidade com a execução do serviço de Alta Complexidade, já que o mesmo  
112 se comprometeu em oferecê-lo. A presidente **Gilmara Andréa** propõe que para esse caso  
113 específico seja construído uma nota técnica em conjunto entre CIB, CEAS, CEDCA e  
114 SEDH para que seja encaminhado ao judiciário. A conselheira **Katiuska Duarte** menciona  
115 que não é a primeira vez que acontece esse tipo de problema com o sistema judiciário, neste  
116 sentido é importante fazer esse dialogo com a justiça para esclarecimentos de certos  
117 protocolos e que as entidades devam se unir e construir esse documento em conjunto. Nada  
118 havendo mais a tratar, a presidente encerrou a presente reunião agradecendo a participação  
119 de todas (os) participantes.

120

121

122

123 **Gilmara Andréa de Oliveira** (titular)

124 Representante da SEDH

125

126

127

128

---

**129 Katiuska Araújo Duarte** (titular)

130 Representante do CRP 13<sup>a</sup> Região;

131

132

133

134

---

**135 Keiles Lucena de Macedo** (titular)

136 Representante COEGEMAS

137

138

139

---

**140 Mônica Laura Caroli Ervolino** (titular)

141 Representantes dos trabalhadores do SUAS

142

143

144

---

**145 Iaciara Mendes de Alcântara** (titular)

146 Representante da Sec. de Saúde

147

148

149

---

**150 Maria Auxiliadora Alves Pereira** (titular)

151 Representante dos usuários

152

153

---

**154 Daniela Ninfá**

155 Secretaria Executiva do CEAS

156

157

158

---

**159 Maria da Conceição Farias**

160 Secretaria Executiva do CEAS

161

162

163

---

**164 Evelyne Rose de Araújo Silva**

165 Secretaria Executiva do CEAS.